



INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE E PSICOPATOLOGIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERVENÇÃO PSICANALÍTICA NA CLÍNICA  
COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AMIZADE E FUNÇÃO FRATERNA NA ADOLESCÊNCIA:  
A POTÊNCIA DO OUTRO SEMELHANTE NA TRANSFORMAÇÃO DE SI

Gabriela Girardi Hall

Porto Alegre

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE E PSICOPATOLOGIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERVENÇÃO PSICANALÍTICA NA CLÍNICA  
COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AMIZADE E FUNÇÃO FRATERNA NA ADOLESCÊNCIA:  
A POTÊNCIA DO OUTRO SEMELHANTE NA TRANSFORMAÇÃO DE SI

Trabalho apresentado como requisito parcial para  
conclusão de Curso de Especialização em Intervenção  
Psicanalítica na Clínica com Crianças e Adolescentes,  
sob orientação da Prof. Dra. Luciane De Conti.

Gabriela Girardi Hall

Porto Alegre

2017

## SUMÁRIO

RESUMO.....	03
INTRODUÇÃO.....	04
DESAMPARO E TRAUMA NO CONTEXTO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS.....	08
NARRATIVAS SOBRE O IMPOSSÍVEL: SUSTENTANDO POSSIBILIDADES DE RESSIGNIFICAÇÃO.....	14
ADOLESCÊNCIA E FUNÇÃO FRATERNA: A AMIZADE NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

## RESUMO

Hall, G. G. (2017). *Amizade e função fraterna na adolescência: a potência do outro semelhante na transformação de si*. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

O testemunho de histórias de vidas no contexto de um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes foi o cenário disparador de questões que movimentaram a escrita do presente trabalho. O eco que se produz, neste contexto de casa-instituição, das situações limites de sobrevivência, de desamparo e de vulnerabilidades, convoca à reflexão sobre as estratégias possíveis de trabalho no sentido de potencializar a transformação das experiências traumáticas em formas criativas de laço com o social. O recorte do momento na adolescência se dá, principalmente, pela própria vivência desta que escreve junto a uma maioria de adolescentes em situação de acolhimento, e pela complexidade do trabalho com estes, que envolve a intenção da busca por um lugar no laço social sem o amparo de um núcleo ou rede de suporte afetivo. Buscamos retomar a noção de trauma através do olhar da psicanálise enquanto excessos pulsionais impossibilitados de representação, retomando a dimensão intransmissível da experiência traumática, o que aponta para o paradoxo da elaboração dessas vivências através da narrativa. Nos conceitos de função fraterna, amizade e alteridade, encontramos ferramentas para potencializar o olhar sobre os acontecimentos no coletivo, apostando no encontro com o outro semelhante enquanto possibilidade de narrar e elaborar as situações de trauma e desamparo, e de identificação para além da situação de acolhimento, no sentido de que o sujeito passe a falar em nome próprio, assumindo uma posição no laço social a partir de seu desejo.

Palavras-chave: Trauma. Acolhimento Institucional. Narrativa. Adolescência. Amizade.

## INTRODUÇÃO

Em 1984, a psicanalista Françoise Dolto ministrou conferência para trabalhadores sociais, sobre os limites das intervenções junto a crianças e adolescentes, tendo discorrido sobre a necessidade que as crianças, e também os adultos, têm de saber em que posição nos situamos para falar de determinada maneira. Como pais, segundo a autora, o poder que se deve desenvolver é o do exemplo. Como educador, trata-se da intervenção em relação aos atos reais na sociedade, no código de valores de certo grupo. Para Dolto (1998), não é possível assumir um tratamento de psicanálise em uma instituição, porque psicanalista e criança convivem numa mesma realidade.

A psicanalista ainda diferencia a psicoterapia de apoio, da psicanálise. A primeira, segundo a psicanalista, serve de “apoio às castrações”, entendendo que o sujeito renuncie parcialmente do seu desejo, sendo essa privação em prol de um prazer prorrogado, “em nome da boa relação com a pessoa que conduz a psicoterapia e lhe faz aceitar o esforço da sua relação” (p. 06). Na psicanálise, à criança ou ao sujeito no papel de paciente, é permitido remontar o curso de sua história relacional, ou seja, nessa relação o paciente remonta na figura do psicanalista as situações relacionais passadas do paciente com as pessoas pelas quais já experimentou sentimentos de amor ou hostilidade. O psicanalista, diferente do psicoterapeuta de apoio, ou do educador, segundo Dolto, não se ocupa e não responde na realidade aos atos da criança, fazendo a análise na/da transferência. “É um trabalho muito particular sobre as primeiras relações de vida, que só se ocupa das fantasias, nunca do bem e do mal, nunca do bom e do ruim, apesar de a criança falar nesses termos” (Dolto, 1998, p. 07).

Da experiência no contexto de um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, emergiram questões referentes às formas de relações que neste espaço se estabelecem, e quais as formas possíveis de os adultos-cuidadores-trabalhadores se inserirem e compor essas relações. O trabalho na política de assistência social acontece na trama de

questões de saúde e saúde mental, moradia e habitação, violências e violações sociais, físicas e emocionais, educacionais, dentre outras que arrastam os trabalhadores a testemunhar atos e relatos de situações traumáticas.

A psicanálise há muito já se redescobriu na composição com os serviços e políticas públicas, e mais, se propõe justamente como ferramenta crítica para transformar esses trabalhos que tendem a se endurecer, convocando os trabalhadores ao exercício da reinvenção, engajados com os sujeitos com os quais se convive e se acompanha. Rosa (2002) resgata em Bezerra o entendimento de que não há segmentação entre clínica e política, e que toda clínica é social, no sentido de que a singularidade é experimentada nas relações sociais, e aponta que a ética da psicanálise, para além dos efeitos subjetivos das situações de exclusão, é um exercício político porque “implica promoção de modificações nas estruturas sociais e políticas que sustentam essa situação social” (p. 13).

A mesma autora refere que a escuta psicanalítica tem caráter transgressor, desde Freud, por supor que há desejos nesses que ocupam socialmente um lugar marginal, o lugar de resto, e os convoca à fala. Como integrantes dessa organização social que tem como um de seus produtos a exclusão de alguns, nós, trabalhadores e equipes que convivem com pessoas subjetivadas também pelas situações de pobreza, violências e exclusão, não estamos isentos de reagir com resistência à escuta dessas histórias, e por isso, a busca da reflexão através da psicanálise; para que seja possível sustentar o trabalho e a escuta nessas situações. Segundo Rosa, escutar esses sujeitos esbarra no que é tido como estranho, um estranho familiar, retomando Freud, algo que foi reprimido e retorna como ansiedade:

A escuta do discurso desses sujeitos fica insuportável, não só pela situação em si ou pelos atos que cometeram, mas porque tomar esse outro como um sujeito do desejo, atravessado pelo inconsciente e confrontado com situações de extremo desamparo, dor e humilhação, situações geradas pela ordem social da qual o psicanalista usufrui – é levantar o recalque que promove a distância social e

permite-nos conviver, alegres, surdos, indiferentes ou paranóicos, com o outro miserável (Rosa, 2002, p. 07).

Considerando especificamente o contexto de um abrigo residencial no qual estavam acolhidos, na sua maioria, adolescentes, proponho, a partir do resgate de algumas inquietações desta prática, articular a temática da adolescência a partir do referencial psicanalítico, com a função do coletivo, a fim de pensar intervenções possíveis na área das políticas públicas e assistência social, cujas narrativas existentes carregam as marcas recorrentes da violência, do abandono e da miséria afetiva.

A questão que norteia este escrito se refere a como a psicanálise pode oferecer ferramentas para o trabalho em uma instituição de acolhimento institucional, considerando que nesses serviços acompanhamos sujeitos – adolescentes – com vivências traumáticas, (podendo a própria determinação de acolhimento ser concebida pelos sujeitos como tal), e testemunhamos a repetição de signos traumáticos e de memórias que insistem em se fazer (no) presente. De que forma o convívio nesta instituição, ao passo que recebe os atos que reproduzem a violência, também é cenário que testemunha e dá suporte à busca que os sujeitos fazem para ressignificar as formas de relação e de posição no laço social?

A inspiração na psicanálise se dá no sentido da transgressão aos saberes dominantes, na busca pelo fortalecimento da “escuta que supõe romper barreiras e resgatar a experiência compartilhada com o outro deve ser uma escuta como testemunho e resgate da memória” (Rosa, 2002, p.). O exercício da alteridade, conforme Amorin (2004), assim como o da amizade em Marcello (2009), pressupõem disposição a deixar-se invadir com a presença do outro, abdicando da intenção de adequá-lo ou adequar-se a um postulado pré-determinado. Alteridade e amizade convocam pensar em trânsito, em habitar outros territórios, permitindo-se afetar pelas outras culturas, ainda que o desconforto da outra língua nos conduza a adentrarmos na armadilha de captura e dominação do outro. Captura do desejo e dominação

do sujeito, opressão e aniquilação do potencial de transformação e de criação desse encontro entre estrangeiros, entre diferentes.

A aposta é a de que, através da ética psicanalítica, seja possível reconhecer e potencializar os encontros enquanto acontecimentos transformadores da condição subjetiva e social de desamparo e violência. A busca é por estratégias que fortaleçam trabalhos e intervenções no sentido de sustentar espaços para que o sujeito possa falar em nome próprio, assumindo uma posição no laço social a partir de seu desejo.

## **DESAMPARO E TRAUMA NO CONTEXTO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS**

Esses encontros primordiais entre o bebê e o adulto se inscrevem como processo de desejo, fundando o laço social em torno do desamparo estrutural como desejo de desejo do outro. Sentir-se amado pelo outro, visto como um ser superior, representa inconscientemente uma proteção contra todas as ameaças. E a ameaça maior torna-se a da perda do amor ou a separação do ser protetor. A ameaça de ser abandonado ou de ser confrontado com a perda do ser amado remete o sujeito à sua condição de desamparo e impotência primordiais. E tudo isso se dá banhado num caldo de cultura que determina as diferentes configurações simbólicas e imaginárias do laço social em que os cuidados são ministrados (Betts, 2014, p. 11).

No contexto do acolhimento, o desamparo é condição. Os serviços de acolhimento institucional compõem a alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social. Podemos dizer que, para ocorrer o acolhimento, as demais políticas, instâncias e instituições protetoras, “falharam” com a criança ou com o adolescente. A família é, não raramente, o próprio contexto onde ocorrem as violências. O Estado, incapaz de sustentar estratégias que garantam condições dignas de vida à população, violenta os direitos básicos de famílias e comunidades, dilatando e intensificando as vulnerabilidades sociais. O desamparo sistemático ao qual muitas comunidades estão submetidas se reproduz nas relações entre os sujeitos, e a violência crônica toma proporções que o que se tem em funcionamento enquanto serviços socioassistenciais – até mesmo aqueles que deveriam trabalhar no nível da prevenção (de saúde, de riscos, vulnerabilidades) –, intervém já de forma paliativa.

Situar o contexto de miséria e exclusão social das famílias que têm suas crianças e adolescentes acolhidos, não é ao acaso. Ainda que as vulnerabilidades e os riscos extrapolem os contextos de pobreza e exclusão, é inegável que a dificuldade e a restrição de acesso a recursos como trabalho, saúde, moradia e segurança, colocam o sujeito em uma posição de

potencial instabilidade e risco (social e emocional). Segundo Aginsky *et al.* (2009) a noção de risco social se constitui no convívio social fragilizado que expressam uma condição de vida dessas populações quando remetidas às condições de pobreza e de desigualdade social, ou seja, a produção de condições sociais vulneráveis se relacionam, inegavelmente, à ordem econômica.

Segundo Betts (2014), as situações de vulnerabilidade são potencialmente traumáticas. As crianças e os adolescentes acolhidos, sobreviventes de diversas situações de risco e violência, já sofreram a repetição do desamparo. O núcleo familiar, instituição cujo valor sociocultural é o de cuidado e proteção inicial, foi justamente onde essas crianças e adolescentes tiveram, na sua maioria, suas vivências traumáticas. Entendemos que propor intervenções através do vínculo e do afeto com esses sujeitos, nos toma, trabalhadores desses serviços, portanto, na intensidade do traumático.

Para Freud, segundo retomam Moreno e Coelho Junior (2012), o traumático estaria relacionado com uma grande quantidade de excitação, ou ainda, com excessos pulsionais impossibilitados de representação, “intensidades que surpreendem um psiquismo despreparado, ou seja, desinvestido, não se constituindo como lembranças de fato” (p. 49). Pereira (2016), em escrito sobre as intervenções com adolescentes em situação de cumprimento de medida socioeducativa, contextualiza vivências desses jovens que praticam atos infracionais que se assemelham as dos adolescentes que acompanhamos no serviço de acolhimento institucional. Descreve que, nessas situações, “a maioria dos jovens conheceu os excessos do outro em registros muito diversos: vão desde maus-tratos, abusos, violências, até o abandono ou a superproteção” (p. 02). Como um “empuxe pulsional”, segundo sugere o autor, esses atos que têm consequências problemáticas para o sujeito e para o contexto social, são “problemas de desregulação libidinal ou pulsional”, e que ocorrem devido à “falta de regulação simbólica que poderia dar ao sujeito algum lugar melhor no âmbito social e político” (Pereira, 2016, p. 02).

Em Recordar, repetir, elaborar, Freud afirma que um sujeito em análise não recorda coisa alguma do que recalcou, mas o expressa sob a forma de acting (atuação). Ele repete a recordação não como memória, e sim como ato. Seu tratamento apenas se iniciará quando for instalada uma repetição desse tipo, pois a compulsão para repetir é uma maneira de recordar (Pereira, 2016, p. 03).

As histórias que adentram com os jovens no serviço de acolhimento, quando possíveis de serem faladas, são, muitas vezes, trazidas na dureza dos fatos, através de uma literalidade que parece não carregar afeto, sentimento, sofrimento ou dor. A vivência lhe parece alheia, como se fosse um expectador.

O primeiro contato com os adolescentes é rápido, especialmente pela aproximação deles. Inicialmente, qualquer forma de contato afetivo, curioso, respeitoso, faz ponte, dá margem para pedidos de presença e de companhia, facilmente se estabelece uma conversa curiosa; quem tu és, de onde vens e o que fazes ali. Sem rodeios, não raro expõem suas razões de estarem acolhidos, com maior ou menor grau de detalhes. Pra quem vem chegando, causa estranheza. A própria naturalidade da narrativa, breve e instantânea, traz a densidade da história carregada por aquele corpo – corpo jovem, corpo criança, ainda por crescer e muito se transformar.

Moreno e Coelho Junior (2012) relembram a experiência do nascimento como “vivência que corresponde a uma grande perturbação energética interna e da qual não resta qualquer conteúdo psíquico, é possível pensar que é esta ausência que se configura como traumática para o psiquismo” (p. 56). Seguem, considerando este estado de desamparo do ego:

Caso o objeto não possa oferecer acolhimento para tal perturbação energética, seja em termos freudianos satisfazendo a necessidade do bebê, ou ferenczianos, sintonizando-se com as angústias infantis e podendo acolhê-las e oferecer um sentido a elas, o sujeito experimenta a passagem de um estado de desamparo fisiológico para um desamparo psíquico. É, portanto, no enlace realizado pela

passagem da catexia dos órgãos para a catexia objetal, que, frente à ausência de investimento do objeto, é possível se experimentar o trauma (p. 56).

Maldonado e Cardoso (2009) dissertam sobre a elaboração do traumático, retomando a dimensão intransmissível da experiência traumática, portanto, de uma narrativa impossível. Essa impossibilidade de narrativa se dá devido à característica da experiência traumática ser aquela que não se deixa representar, que se sobrepõe à capacidade do psiquismo de ligá-la a uma cadeia significante e elaborá-la. Ainda que produza marcas na memória, situa-se além da capacidade de representação psíquica. Segundo as autoras, o excesso de literalidade “que caracteriza o sintoma traumático resultaria de um excesso de realidade que inviabiliza a estratégia de representação do trauma por metáforas” (p. 48). Essas marcas que permanecem na memória, sem terem sido elaboradas, retornam em forma de repetição compulsória e dolorosa, manifestando-se através de somatizações e despersonalizações.

É no movimento de estreitar o laço, do convívio e da intimidade, que as dores e as resistências vão se revelando. Rechaço, grito, ofensa. Briga, confronto físico, móveis quebrados. A reprodução das violências sofridas nos contextos familiares ou na comunidade, repetidas nas relações no espaço do abrigo ou serviços que os adolescentes circulam, parecem expressar a falta de distanciamento dos atos vividos até o tempo de um início de elaboração ou significação.

Cercados por discursos moralizantes e marginalizantes, corremos o risco de antecipar a compreensão das situações pela via da intencionalidade, ou ainda, da patologização dos sujeitos, enclausurando-os entre os delinquentes e os doentes. A hipótese que levantamos é de que, em um primeiro momento, esse sujeito que repete violentamente um ato contra si ou contra outro, não pode ainda atribuir um sentido para o acontecimento traumático, estando ainda imerso nesse real, sendo que não nos serve, enquanto trabalhadores, pressupor que neste ato teve uma escolha e intervir no sentido unicamente educativo, moral ou normativo.

Em seu escrito sobre a socioeducação, Pereira (2016) aponta que, no campo da educação, visando manter a ordem, tende-se a evitar e ainda, suprimir a repetição, nesses casos, principalmente, daquilo que é problemático às relações, ao laço social. Ao contrário da educação, que rechaça e, por vezes, antecipa com o olhar e o julgamento condenatório, a psicanálise trabalhará com a repetição como transferência (Pereira, 2016). Este autor aproxima o pensamento de Winnicott sobre a privação e a delinquência, como se, nessas condições de vulnerabilidade, o jovem sente como se o ambiente o tenha privado de algo muito fundamental para sua constituição enquanto sujeito, como se o ambiente estivesse em dívida com ele; “disso deriva uma agressividade arcaica que, não sendo externalizada, pode destruir o próprio jovem e seus laços sociais” (Pereira, 2016, p. 02).

A determinação de acolhimento, assim como a medida socioeducativa, pode, como coloca o autor, potencializar esse sentimento de privação, assim como sua reação às intervenções. Ainda que na ausência da angústia ou mal-estar, entendendo a clínica como atitude que possibilita ao sujeito uma constante reflexão, e que permite a ele emergir, vir à superfície e inscrever-se enquanto sujeito desejante, Pereira (2016) sugere que, buscando ferramentas na psicanálise, o trabalho nessas instituições se aproxime de uma clínica que busca a “formalização” de um sintoma.

Na literatura, encontramos argumentação que aponta para o importante trabalho psíquico a ser feito no sentido de elaboração disso que se repete, seja decorrente da significação das experiências traumáticas, seja da perspectiva econômica da pulsão, pela via da desregulação libidinal ou pulsional. Pereira (2016) compreende que é necessário auxiliar os jovens a “refrear sua compulsão à repetição no sentido de elaborá-la, pois ela tende a retornar no real ou em seu próprio corpo do sujeito, sempre de maneira não mediada” (p. 02). Maldonado e Cardoso (2009) apontam que, não tendo sido inscritas como passado, “as marcas deixadas por um evento traumático vêm instalar um presente contínuo” (p. 49).

O contexto da exclusão social, o lugar marginal na organização social, pode provocar o silenciamento do sujeito, desautorizado de seu saber. Que suporte a psicanálise pode nos oferecer no trabalho com adolescentes em instituições de acolhimento, entendendo a nuance entre um trabalho educativo, que intervém nas ações e comportamentos, porque se trabalha no cotidiano, mas também tem, potencialmente, a função de testemunho dessas narrativas traumáticas?

É neste cotidiano que a repetição encontra outros sujeitos, que tem como função naquele espaço a proteção da criança e do adolescente, e que, portanto, poderá estar preparado para reagir de outra forma, que não pela via de uma nova violência. Ainda que confrontado com o ato agressivo ou violento, que estratégias são possíveis para que o mesmo possa ser lido e devolvido ao sujeito de modo que seja “possível fazer frente às lógicas segregativas do discurso dominante com sua tendência à judicialização, que decerto resulta no apagamento da dimensão subjetiva e na produção crescente do que se pode chamar passagem ao ato” (Pereira, 2016, p. 01), rompendo com o caráter cíclico da repetição da experiência traumática.

**NARRATIVAS SOBRE O IMPOSSÍVEL:  
SUSTENTANDO POSSIBILIDADES DE RESSIGNIFICAÇÃO**

Se, por um lado, o trauma aponta para uma narrativa impossível, pelo excesso de realidade que comporta, por outro, paradoxalmente, vimos o quanto é importante para aquele que experimentou uma situação traumática poder relatar ao outro sua história, endereçar um testemunho à escuta de alguém que possa, com essa atitude, vir a promover a abertura de uma possibilidade de representação do “inominável” (Maldonado e Cardoso, 2009, p. 55).

É o paradoxo que se estabelece: a impossibilidade e a necessidade de sua representação para que se estanque a repetição dolorosa em todas as relações. A convivência com crianças e adolescentes que já experimentaram abandonos e rompimentos abruptos nas suas relações e vínculos, é ser confrontado e ser quase empurrado à beira do ato, novamente, de abandoná-los. A naturalização do abandono aparece diariamente quando no diálogo ríspido os adolescentes fazem menção – endereçando aos demais acolhidos ou à equipe – a um “desejo” de que fulano “vá embora mesmo”, seja transferido para outro espaço de acolhimento ou de internação, ou que “é cada um por si” e nenhum por “nós”, ou por eles.

“Ninguém vai sentir falta de mim” ou “ninguém se importa se eu morrer”, não são frases incomuns. O pedido por um lugar de afeto na relação com o outro é constante, quase impossível de se escutar, quando encoberto pelas ofensas e rechaços que ecoam e se reproduzem nos cômodos da casa. Sustentar na presença a possibilidade do ir embora como algo não aniquilador de vínculo, e na ausência formas de manutenção do afeto, é trabalho importante, apesar de difícil de operar quando se trata de um serviço em que há a instabilidade do próprio vínculo empregatício e o esgotamento/adoecimento pelas condições muitas vezes – e cada vez mais, dadas as condições e intenções econômicas e políticas no país – precárias e desinvestidas das políticas sociais. As condicionalidades macroeconômicas e políticas estão ligadas às condições de amparo investidas no trabalho na linha de frente com esses sujeitos.

Conforme já apontamos anteriormente, a resistência na escuta e no testemunho das situações limites de sobrevivência é defesa individual, entretanto, faz laço com as formas coletivas de identificar e agir frente a determinadas questões.

De Conti e Melo (2013) colocam que, para que o sujeito possa “ressignificar ou até mesmo esquecer sua dor e seu sofrimento, é essencial que ele possa narrá-los, pois construir a história de vida ajuda o sujeito a localizar-se na sua existência, já que o situa num plano conjunto e o insere no seu ambiente” (p. 2014). As autoras apostam que a cultura possui um acervo de narrativas que fornece elementos para essa construção reflexiva do sujeito, e a aposta que fizemos, juntamente com o desenvolvimento de políticas de estado, é de que os serviços e trabalhadores possam buscar nesses elementos inspiração para criar meios de produzir e possibilitar narrativas.

O Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, ligada ao Ministério da Justiça – criada para reparar as vítimas dos atos de violência cometidos pelo Estado no período da Ditadura Militar no Brasil –, teve como uma de suas produções, a publicação de livro sobre reparação psíquica e construção de memórias sobre a ditadura brasileira, através da abordagem psicanalítica. As autoras Perrone e Moraes (2014) percorrem a temática do trauma, em concordância com o que já apresentamos, entendendo-o na sua intensidade excessiva, onde não há possibilidade da palavra organizar um relato. Segundo as autoras, a contextualização cultural do trauma, através da investigação e transmissão do mesmo, possibilita que histórias de sobrevivência às violências extremas possam então ser organizadas e normatizadas enquanto uma “identidade traumática”, quando o sujeito passa a ocupar um lugar no laço social. O paradoxo novamente se coloca: por um lado, esses sujeitos passam a ter um olhar diferenciado pelas políticas de estado; por outro, “a cultura enquadra e tenta animar o trauma que foi formulado como algo que ultrapassa exatamente a possibilidade do conhecimento narrativo” (p. 36).

No cotidiano do acolhimento, presenciamos recorrentemente a tentativa dos adolescentes de se distanciar da identidade e da referência do acolhimento institucional, do “ser” acolhido. Podemos dizer que o entendimento na nossa cultura sobre os processos que ocorrem para que crianças e adolescentes estejam em serviços de acolhimento, é controverso e atravessado por diferentes julgamentos sobre a pobreza e a responsabilização do Estado nessas condições. Ainda que o Estado estruture e sustente uma Política em que o acolhimento seja uma medida de proteção para esses sujeitos, a ideia de que os mesmos estejam ocupando um lugar de vítimas de uma série de violências, como já referenciamos, não é de comum acordo entre a população. O julgamento moral sobre as situações que levam crianças e adolescentes ao acolhimento pode, inclusive, operar como uma nova violência. O próprio questionamento sobre a necessidade de investimento em uma Política de Assistência Social em um país em que a desigualdade social é extrema, indica a ambivalência do lugar ocupado pelo usuário que necessita dessa política.

A história que cada um carrega, da comunidade da qual fazia parte, da organização familiar, dos motivos pelo acolhimento, vêm como uma herança, quase como uma carga genética, de contextos de violência e miséria, que muitas vezes se relacionam com estratégias “ilegais” de sobrevivência nessas comunidades. Portanto, concomitante ao movimento de se possibilitar um lugar, uma casa para sua proteção e cuidado, distante dos riscos e violências ao qual o sujeito vinha sendo submetido, existe (para que o acolhimento ocorra) uma avaliação que é também atravessada pelo entendimento moral do que é violência e vulnerabilidade. Exige-se que essas crianças e adolescentes se apresentem de forma diferente, de forma correta, com se pudessem ter consciência de que suas referências de família e de vida, até então, estavam violentando-os.

Crianças e adolescentes; indivíduos em fase de desenvolvimento, com maiores ou menores comprometimentos e entendimento, mas na sua maioria, afinal, parte dessa rede da exclusão social. Sujeitos que convivem com o tráfico como a única forma de garantir comida

em casa; que veem na violência física a única forma de garantir escuta e visibilidade; que o tapa é um gesto de comunicação muito mais frequente que o abraço. Sujeitos que escutam de muitas “donas” e muitos “seus”, que não vão vingar, que não há nada de bom que possa sair dessa ou daquela comunidade/família. Esses sujeitos já vêm ao mundo com uma história traçada.

Através da psicanálise, entendemos que o processo de constituição psíquica se faz todo na relação com o Outro. Inicialmente, para o bebê, é necessário ser falado, ser banhado em um mar de símbolos, significantes absolutos, para que, posteriormente, na descoberta da falta no Outro, abram-se lacunas para o sujeito advir e se autorizar a falar em nome próprio. Mano (2013) aponta para o risco que é, considerando que “a constelação de significantes que produzirá a estrutura está em pleno processo de inscrição” (p. 456), uma intervenção com um discurso alheio e autoritário, que atribui uma identidade inflexível ao sujeito. É o risco dos discursos na cultura contemporânea, estereotipados e estereotipantes, que precisamos estar atentos a não legitimar e reproduzir, correndo o risco de anular um sujeito que não conseguimos supor poder existir.

Podemos então indagar: será que, apesar do semblante terapêutico ostentado, os discursos psicopatológicos atuais não operam justamente no sentido inverso, devolvendo um sujeito (ainda frágil, uma vez que está em constituição) à posição de objeto – ou seja, ser falado em vez de falar-se, ser significado em lugar de significar-se, que deve ter seu comportamento descrito, sua natureza categorizada e sua inquietude (a mesma que lhe permitiria marcar uma singularidade) forçosamente silenciada na sobra de saberes sem fissura? (Mano, 2013, p. 459)

Neste sentido, como coloca Rosa (2002), cristalizar os atendimentos através de uma comunicação deficiente, de estereótipos e preconceitos (que também são elementos da cultura) através da “posse da verdade ou a relação pedagógica sugestiva, de apoio ou orientação, sem levar em conta a possibilidade de o sujeito construir suas próprias respostas” (p. 06), favorece relações de poder desiguais e opressoras, e o efeito é o de que essas pessoas

sejam mais uma vez excluídas, “agora por parte daqueles que deveriam escutar não pessoas de uma classe social determinada, mas o sujeito” (p. 06).

Betts (2014) questiona sobre operar com a psicanálise em instituições, ou ainda, de que forma a ética da psicanálise se insere nas instituições, quando o discurso do analista corre o risco de se dissolver entre o discurso da instituição. Para o autor, ser operador da psicanálise, “é apontar na transferência quando surgem na fala os significantes que representam o sujeito, um por um, para outros significantes, perfazendo o litoral com o impossível, permitindo que a capacidade desejante de pensar e criar advenha” (p. 14). As referências apontam incessantemente para o caráter criativo e, de certa maneira, de libertação na escuta e o intervir através da ética psicanalítica. Na leitura de Perrone e Moraes (2012), transformar o afeto desqualificado, irrepresentável, em um sentimento, através da interpretação no agente que escuta e intervém, através do testemunho, possibilita uma reconstrução psíquica e uma criação de uma nova versão sobre o experienciado.

Sobre a contribuição psicanalítica no trabalho com trauma e narrativa, as autoras seguem, referindo que, “exatamente por operar no limite do social e do subjetivo[,] ela pode historicizar as zonas irrepresentáveis e emudecidas que podem criar um novo laço social” (p. 36). Para as autoras, a psicanálise fornece estratégias para romper com verdades unívocas, dando lugar à palavra singular do sujeito na construção e criação de um novo futuro, de um novo lugar no futuro: “entre a possibilidade de falar e a impossibilidade de dizer, entre a potência e a impotência de um ato, a psicanálise acredita que é possível criar o lugar de um sujeito que possa dizer eu diante do unívoco da dessubjetivação” (p. 38). Ainda que dentro de certo contexto histórico, a construção de uma identidade mais coletiva sobre as vivências traumáticas possibilita também que a própria singularidade que desencadeia o trauma seja falada, conectada, inicialmente, para poder se diferenciar.

Perrone e Moraes (2014) apontam para a necessidade de sustentar espaços de escuta das narrativas traumáticas no intuito de recuperar as vozes emudecidas de sentido, na

possibilidade de enlaçar os fragmentos da memória em novos significantes. Ainda que o vivido, o real, às vezes, supere a possibilidade de simbolização através da palavra, conforme as autoras resgatam na literatura, a aposta que se faz é a de que ao recuperar uma posição subjetiva, o mesmo possa se reconhecer em um discurso e traçar a construção de um lugar social. Segundo as autoras “ouvir-se implica a possibilidade de dar outro significado, é romper a cadeia da repetição que mantém o sujeito acorrentado ao horror do vivido” (p. 41).

Nesse movimento de escutar-se através da presença de um outro que suporte testemunhar seus horrores, é possibilitado ao sujeito iniciar um processo de autoria e autonomia frente a sua história e aos fragmentos que lhe constituem, reconhecendo na possibilidade de compartilhar em segurança as memórias desconectadas de sentido. Através do espaço compartilhado, da confiança na escuta do outro, permite-se inserir outras condições e novos sentidos aos fatos traumáticos. Não o apagamento e o esquecimento, mas o redesenho de contextos e cenários, e a possibilidade de usar outras cores na pintura da própria história.

## **ADOLESCÊNCIA E FUNÇÃO FRATERNA: A AMIZADE NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO**

Contemplar o recorte da adolescência neste escrito, conforme já introduzido, decorre da experiência no campo das políticas públicas, especificamente do serviço de acolhimento institucional em que, na sua maioria, encontravam-se adolescentes entre 12 e 18 anos. Ofuscados pelas histórias de violências e abandonos, e pela reprodução constante dessas situações no cotidiano do acolhimento, é substancial lembrar o tempo da adolescência. Tempo este que, por si só, se caracteriza enquanto crise, enquanto ambivalências e revoltas. Soma-se às condições próprias desse momento, o contexto específico e complexo ao qual estão submetidos diretamente estes adolescentes, imersos em uma sociedade que tem como uma de suas principais marcas a exclusão e a imensa desigualdade social. Estamos permanentemente à beira de sermos capturados e reproduzir o discurso da marginalização acerca desses jovens, seja pela via da delinquência, seja pela via da patologização.

Melman (1995) descreve a crise identificatória que caracteriza a adolescência, sendo o momento em que se renova o olhar sobre os pais, que antes funcionavam como modelos ideais, agora, subitamente, são descobertos em suas limitações. A figura que encarna a função paterna, que estava ligada à ideia de privação do objeto fálico no período de latência do sujeito – objeto que, por promessa, lhe seria entregue com a realização da adolescência –, esta figura, o pai, surge como ele próprio não o possuindo, portanto, sendo incapaz de cumprir com o prometido. O adulto de referência, antes idealizado, agora é descoberto na sua impotência, na sua castração.

O sujeito adolescente, diante desta “mentira”, coloca-se a rejeitar o sintoma social, aquilo que descobre como sendo “o sintoma organizador do jogo social” (Melman, 1995, p. 12), ou seja, a castração, a submissão à lei e a alienação que constitui a “normalidade” social. Segundo o autor, o adolescente denuncia a doença que nos constitui enquanto sociedade. O

adolescente, portanto, identifica nos adultos, de forma generalizada, as suas figuras de referencia, destituídas do lugar idealizado, se movimentando no sentido da rejeição, para não ser infectado por essa mesma doença.

O adolescente organiza-se nesse agnosticismo perfeito com a ideia que, de fato, não existe ninguém em quem se possa confiar, ninguém em quem se possa pensar que poderia orientá-lo para o gozo, ninguém de quem possa esperar que respeite o saber ou de quem possa reconhecer um saber, na medida em que esse saber, ao qual ele se tinha entregue quando criança, o orientara, o conduzira a tais impasses (Melman, 1995, p. 15).

Neste sentido, tendo em vista a reação de recusa que o adolescente faz ao saber, Rassial (1999) convoca à reflexão sobre a posição do analista no trabalho com adolescentes, considerando a própria condição desse período da constituição do sujeito, em que o mesmo está passando pelo processo de luto da compreensão sobre o adulto. Portanto, na transferência, conforme o autor, existirá de imediato uma dificuldade, em que o analista, por si só, já é um adulto que está com sua “capacidade” de escuta e de fala desvalorizada para o sujeito adolescente. O adolescente, inicialmente, tentará colocar o analista justamente neste lugar comum de adulto, recusando qualquer saber vindo dessa figura, lugar em que impossibilitaria a análise.

Questionamo-nos sobre de que forma a psicanálise pode estar inserida em contextos como este que nos serve de cenário para este escrito, de serviços que não se pretendem fazer um acompanhamento analítico, e nos quais circulam diferentes profissionais que não necessariamente fizeram percurso pela teoria psicanalítica ou em áreas de saúde ou saúde mental. Espaços em que o trabalho é permeado pela prática educativa, de assistência, de saúde, e que o terapêutico existe, mas transcende muitas vezes a intenção do ato, estando mais enlaçado com as apostas que se fazem no sujeito. Quais outros olhares a teoria psicanalítica pode ter sobre e no cotidiano de uma casa-serviço-abrigo, das e nas relações de cuidado-

trabalho-afeto, e em que outras estratégias pode se investir, no sentido de potencializar as relações de convivência, compartilhamento e alteridade entre os que ali habitam?

Situamos anteriormente a ambiguidade nas relações das crianças e dos adolescentes com os adultos, permanentemente forçando o vínculo ao seu limite, no teste do abandono, da nova desistência por vir. Somado à condição de desamparo e das vivências traumáticas, o tempo da adolescência tem como prerrogativa o afastar-se da alienação à falta, ou seja, afastar-se do que caracteriza um sujeito marcado pela falta. Podemos nos questionar, ainda que não seja o foco de discussão deste escrito, quais as formas possíveis de constituição desses sujeitos que vivenciaram situações e relações em que as figuras de referência, muitas vezes, foram justamente essas que transpassaram e invadiram o limite do corpo, que violaram as leis dos sujeitos interceptados e castrados, as leis da constituição, as leis sociais e morais, e as leis do afeto?

Que marcas essa invasão-violência do corpo e na subjetividade deixam e o que resta de possibilidade de aposta em novas relações e vínculos. A aproximação e a intimidade se tornam, muitas vezes, riscos. Riscos do novo desamparo, da nova violência, da nova invasão e fragmentação. Risco da repetição. O desejo intenso pelo afeto sofre imediatamente a força inconsciente, como um empuxo, de evitar e estraçalhar com a possibilidade de sofrer novamente a dor do abandono. Os adultos cuidadores, educadores e demais pessoas que compõem a equipe na função de proteção desses adolescentes, lidam com a reação do próprio tempo da adolescência, que faz questão de expressar menosprezo ao saber do adulto, intensificado pelo contexto do desamparo e da naturalização dos vínculos frágeis e do abandono.

Sustentar a presença do adulto enquanto figura de confiança e buscar entender de quais formas este adulto esteja fortalecido para assegurar um trabalho afetuoso e ético é necessário. Entretanto, neste momento, nossa intenção é a de pensar na potencia do coletivo e das relações entre semelhantes, como estratégia de elaboração das dores e de criação de novas

formas de vida. A aposta é, justamente, salientar a função do grupo neste período de queda dos ideais paternos, como mais uma forma de possibilitar a circulação da palavra, de testemunho e narrativa das histórias que se assemelham não só nesta identidade traumática – da identificação pela violência –, mas através de outras frentes, de outros encontros, de outros interesses.

Buscamos em Kehl (2000) o debate do ainda não tão explorado e disseminado conceito de função fraterna, sendo que, para a autora, o semelhante, na figura do irmão, inicialmente, contribui para a estruturação e constituição do sujeito. A autora situa a sua escolha pelo termo fratria considerando a ideia de que nem toda coletividade clama por um líder autoritário, como quando Freud analisou em *Psicologia das massas e a análise do eu*, a ascensão do totalitarismo nos movimentos fascistas. A autora discute de que outros modos operam a relação do sujeito com seus semelhantes, formações que não anulem as diferenças.

Para Kehl (2000), a função fraterna faz suplência à função paterna, sendo que, conforme a mesma retoma da teoria lacaniana, “o irmão funciona, para o pequeno sujeito humano, como um duplo que vem ameaçar e desestabilizar a identidade imaginária da criança em relação à sua imagem no espelho” (p. 36). Para Lacan, diferente de Freud, o ciúme fraterno não se funda em relação à disputa pelo amor dos pais, mas pela rivalidade em relação à própria imagem narcísica, primordialmente. Segundo a autora, Lacan destaca a importância dessa função de intruso na relação entre irmãos, que mobiliza a sublimação desta fúria no que Kehl chama de sentimentos sociais. Segundo Féres-Carneiro e Goldsmid (2011, p. 772), “o ciúme tem importância na construção da personalidade: o outro permite a cada um dos irmãos se definir melhor, através da percepção do jogo das semelhanças e diferenças entre si”.

Segundo Kehl (2000), as identificações fraternas experienciadas em um campo horizontal, no compartilhamento com os semelhantes, diferentemente das identificações com o ideal, representadas pelo pai, possibilitam que, no reconhecimento de um outro diferente, ainda que semelhante, o sujeito possa se apropriar “à sua maneira do nome herdado do pai;

assim se relativiza a força do traço unário que define cada um dos membros da fratria” (p. 39). Em concordância com a autora, a função fraterna pode operar externamente ao núcleo familiar, o que nos aproxima diretamente da discussão sobre a adolescência, quando o sujeito está exatamente na busca por novas identificações que não a figura idealizada na infância.

A exclamação pelos adolescentes de que neste espaço, neste abrigo em questão, “todo mundo é igual”, e a solicitação frequente de que as “regras” sejam cumpridas igualmente por todos, assim como não haja predileção entre eles, nos convoca, inevitavelmente, a fazer a observação de que ali cada um é diferente, ainda que tenhamos uma forma de organização geral, o respeito às diferenças, possibilidades e dificuldades de cada um, será prioridade. Assim, tentamos garantir, ou auxiliar, a construção de cada um de um lugar subjetivo singular, assim como transmitir o respeito à diversidade e introduzir a noção de alteridade, de reconhecimento do diferente. Segundo a leitura de Féres-Carneiro e Goldsmid (2011) na busca sobre a função fraterna, “a diferenciação entre os irmãos serve para atenuar sua rivalidade e aliviar o conflito interno associado à dimensão lateral, ocupando um lugar ímpar no desenvolvimento” (p. 772).

Outro aspecto interessante apontado por Kehl (2000), refere ao entendimento da transgressão nos movimentos de grupos de adolescentes, como uma busca legítima (e legitimada pelo grupo) pela libertação, ou, ao menos, pelo enfraquecimento da verdade absoluta da palavra paterna na infância; uma nova inscrição, ancorada na função do grupo, mas singular na cultura. Em meio aos movimentos conflituos entre os adolescentes, de disputa pelo interesse e olhar dos adultos que circulam na casa, emergem também, na mesma intensão, movimentos de confronto aos adultos e às “normas” gerais de organização do abrigo, com um aspecto mais coletivo, ou que passa por um processo de identificação entre si para que dali se possa tirar força no intuito de questionar o “imposto” – ainda que o que venha a ser questionado tenha sido inventado ou pactuado com eles. Afinal, “os termos vigentes da

Lei podem ser alterados para melhor contemplar a diversidade entre os irmãos, já que a Lei existe para sustentar a vida social e não para beneficiar o pai real” (Kehl, 2000, p. 44).

Na fratria, independente da relação sanguínea ou familiar, ou em laços de amizade, segundo Kehl (2011), se estabelece laços de cumplicidade. Conspirar contra os pais, contra os adultos, expressa a capacidade de aliar-se com outros semelhantes, de iniciar um caminho na direção da autonomia. Amparar-se no grupo para experimentar dos comportamentos limites, na visão da autora, apresenta para o sujeito, além da diminuição da culpa e da ameaça que poderia sofrer isoladamente, uma segunda consequência: “a experiência compartilhada permite a troca de impressões e reflexões sobre o vivido que contribuem para alterar o campo simbólico, já que questionam verdades tidas como absolutas pela cultura” (Kehl, 2000, p. 42).

Na adolescência, o sujeito encontra no irmão ou no amigo, no grupo, no semelhante, ancoragem e retaguarda para a confrontação com os pais e com os adultos – que não os ídolos – de forma geral. Esta operação, segundo Kancyper (2014) retoma em Freud, é uma das operações mais necessárias para a constituição do sujeito, mas também muito dolorosa. O amigo, segundo o autor, “opera como un aliado que hospeda y acompaña al sujeto en los momentos de soledad y en las tribulaciones de la vida” (p. 28).

A dinâmica do acolhimento institucional é híbrida; é serviço-instituição, mas também é casa; não é lugar ideal quando pensamos em casa e em lugares para crianças e adolescentes, mas, muitas vezes, é fundamental para proteção, para romper com recorrentes agressões e violências. É lugar de briga, de conflito e de situações que de longe esperamos presenciar em um lar, mas também é lugar que possibilita afeto, colo e carinho. O abrigo pode ser abrigo, pode ser casa, pode ser instituição. Pode ter cozinha industrial – toca, uniforme e regras –, mas pode ter cheiro de bolo quente e ter pipoca na grande bacia que passa pela mão de todos. As relações podem ser institucionais, podem ser de trabalho, podem ser entre acolhidos. Mas também são relações que extrapolam os limites do coleguismo institucional, e adentram sensações de aconchego e de segurança familiar, de sentimentos de fraternidade e amizade.

A espontaneidade e a potência dos encontros inesperados entre os semelhantes é o que nos convoca, e ao qual gostaríamos de destacar. As brechas de vida, incontroláveis e imprevisíveis no cotidiano do trabalho com sujeitos que possuem registros tão violentos, são quase apagadas e impossibilitadas. A mudança do momento em que a reação imediata é o ato agressivo, um chute, um soco, para outro em que a criança de seis anos consegue antecipar o ato e avisar o outro: “se tu não parar eu vou te bater”, é neste momento em que a escuta ativa intercepta a transformação na posição do sujeito, e no tempo que agora existe entre o aviso e o ato, pode se intervir e redirecionar o destino da situação em si e das formas de estar em relação com o mundo. Nestes momentos, resgata-se sentidos para o trabalho tão obscurecido pelo contexto das violências.

Neste sentido, o conceito de função fraterna nos serve, portanto, para pensar nesta suplência em relação à função paterna. As identificações horizontais são, portanto, essenciais para permitir a singularização das escolhas e construção de caminhos independentes das leis determinadas pelas figuras autoritárias. Se pensarmos nestas situações que acompanhamos no acolhimento, a referência de autoridade, muitas vezes, é representada por uma figura ou por atos violentos. É fundamental que existam outras experiências de relações que se diferenciem desta, para que o sujeito possa construir autonomia e possa fazer escolhas sobre como se colocar nas futuras relações.

A retomada da noção de função fraterna trazida por Kehl (2000) nos remete constantemente à concepção de amizade. Utilizando-se do recurso das narrativas na cinematografia, Marcello (2009) discute o conceito de amizade a partir da análise de filmes em que se evidencia a relação entre crianças ou crianças e adultos. Segundo a autora, há algo a mais do que a parceria que chama a atenção, e convoca-nos a debater sobre a amizade enquanto um conceito que comporta um caráter ético e político.

A busca que a autora faz na obra de Foucault, leva-a ao contexto da Antiguidade greco-romana, quando o filósofo buscava examinar a produção ética e estética de si mesmo,

ou seja, as “formas pelas quais o sujeito se transforma e estiliza sua própria existência” (Marcello, 2009, p. 217). Na sociedade grega, como discorre Foucault, segundo a autora, a amizade implica pensar o cuidado de si, que envolve a relação consigo mesmo, assim como o cuidado dos outros, o movimento de si para o outro; remete a um exercício de autotransformação, um trabalho do indivíduo sobre si mesmo, alcançando a superação da individualidade e de seus limites.

El amigo, ese otro-sí mismo no consanguíneo, posee además funciones estructurantes y defensivas: posibilita suplementar y compensar funciones edípicas y fraternas fallidas y elaborar los remanentes endogámicos del sujeto y su salida a la exogamia, a la socialización y a la creatividad. Así opera com um outro Yo que reconhece y consiente las diferencias que se recotan de lo semejante, entablado com él um encuentro empático y horizontal em las relaciones intrasubjetivas e intersubjetivas (Kancyper, 2014, p. 29).

O indivíduo se torna sujeito na relação com o outro, “é o fato de estar ligada a um ‘desprender-se de si mesmo’ que permite à amizade formas de criação e não de previsão ou de antecipação do que ainda está por vir” (Marcello, 2009, p. 219). A amizade, assim como não é relação de subordinação, de passividade, também não é relação de consenso. É exercício de estar na diferença e não de anulá-la, é uma relação de incitação à transformação, de tensão, contradição e incerteza, como um espaço ainda a ser preenchido, ainda por se fazer.

Conforme Marcello (2009), a amizade é o exercício de pensar-se a si mesmo na relação com o outro, expondo-se ao outro, e se apresenta como um conceito revolucionário por, justamente, colocar questão o apego exacerbado que se faz, principalmente na contemporaneidade ocidental, da interioridade e da intimidade. A autora busca apresentar a “amizade como exercício de autotransformação, como busca e criação de si mesmo – enfim, práticas que não se fazem na solidão” (p. 217).

Amorin (2004), apesar de refletir sobre a temática da alteridade no contexto da pesquisa, afirma que o reconhecimento do inesperado é fundamental na descoberta de si

mesmo e do outro. Neste sentido, podemos aproximar ao nosso fluxo de pensamentos sobre o conceito da amizade, e afirmar que reconhecer e acolher o inusitado do que o outro nos apresenta e que com o outro se cria, pode ser determinante no processo de constituição de um sujeito, enlaçando-o em outras possibilidades. O exercício da alteridade, assim como o da amizade, pressupõe disposição a deixar-se invadir com a presença do outro, abdicando da intensão de adequá-lo ou adequar-se a um postulado pré-determinado.

De qualquer forma, a vivência da relação fraterna deixará suas “marcas” no psiquismo individual. Os modelos vinculares daí decorrentes, tais como ambivalência, rivalidade, sentimentos amorosos, necessidade de reparar, impulso de domínio, sujeição ao irmão e outros, tendem a se repetir ao longo da vida nos vínculos com outros pares. Em geral, os irmãos têm um conhecimento recíproco, consciente, e em grande parte inconsciente, do funcionamento psíquico uns dos outros, por terem vivenciado juntos sentimentos e conflitos ao longo do tempo na intimidade da vida familiar. Em cada irmão perdurará uma “memória” desses acontecimentos familiares. Mesmo que, ao crescer, cada um dos irmãos siga um caminho diferente, a experiência da intimidade compartilhada deixará sua “marca” no inconsciente de cada um deles. O conhecimento da intimidade do outro irmão continuará sendo um legado e um ponto de referência para a própria identidade (Féres-Carneiro & Goldsmid, 2011, p. 781).

Neste sentido, apesar da dureza das histórias que ali circulam, do discurso social que indica um único lugar social possível para esses adolescentes – o da margem –, e da intensidade de situações de violência e desamparo que nos ofuscam o sentido do trabalho e da própria função do acolhimento, a aposta é a de que nos espaços de acolhimento também seja possível a produção de encontros saudáveis e criativos. Que os acontecimentos com potencial transformador possam se dar, na intenção das intervenções, mas no próprio cotidiano em que vidas insistem em se fazer ver e existir para além do estigma da violência. A intenção deste escrito é dar visibilidade para a potência da recuperação do laço social através da sustentação de relações de afeto, do investimento no coletivo e na valorização da amizade e da alteridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradoxo da posição do operador da psicanálise cuja prática está inserida no contexto das instituições implica, de um lado, o reconhecimento do que legitima a ordem instituída na qual se encontra, e, por outro, sustentar o efeito sujeito de desejo que o ato analítico implica, e a ruptura decorrente com a ordem instituída (Betts, 2014, p. 17).

Intencionar e tencionar o trabalho com os conceitos de amizade e de alteridade, é exercitar o não domínio de um, “do alto de um saber, em relação a outro, ainda em estado imaturo” (Marcello, 2009, p. 221). É reconhecer que na criança e no adolescente há atividade, e mais, há um oceano comum a ser descoberto e partilhado, na intenção de buscar novos sentidos em cada nova relação. Exercitar esses conceitos é dar espaço para que o sujeito possa falar em nome próprio, assumindo uma posição no laço social a partir de seu desejo, e menos limitado frente às demandas e convocações à catalogação da sociedade atual.

A transformação de si acontece na possibilidade de realizar narrativas sobre si, amparadas pela escuta e pelo testemunho de um outro. Aqui, acionamos a discussão sobre a função do outro semelhante, da identificação horizontal, como estratégia de ressignificação de histórias de vidas e de ancoragem na construção de novas formas de se posicionar no laço social, resistindo ao discurso que empurra o sujeito, que já sofreu repetidas violências, para um lugar de dejetos e de emudecimento.

A inspiração na psicanálise é pelo seu compromisso ético com o fortalecimento de um discurso que sustente novas possibilidades de laços sociais para esses sujeitos, sujeitos que ocupam, inicialmente, uma posição social objetalizada, produtos de sistemáticas negligências e violências de um cenário de desigualdade social e exclusão. A aposta neste escrito, foi elucidar a importância de uma prática através da escuta pelo sujeito de desejo estreitamente relacionada com um fazer político, no sentido de sustentar espaços de acolhida

não somente dos corpos, mas das narrativas desses sujeitos, como forma de elaborar e reinventar outros finais.

## REFERÊNCIAS

- Aguinsky, B. G., Fernandes, I., & Tejedas, S. S. (2009). Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. Em Mendes, J. M. R., Prates, J. C., & Aguinsky, B. G. (Orgs.). *O Sistema único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implementação*. Porto Alegre; Edipucrs, p. 63-82.
- Amorin, M. (2004). Temática da Alteridade. Em *O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo, Musa Editora, p. 23-91.
- Betts, J. (2014). Desamparo e vulnerabilidades no laço social – a função do psicanalista. Em *Rev. Assoc. Psicanal.* Porto Alegre, n. 45-46, p. 09-19, jul. 2013/jun.
- De Conti, L. & Melo, A. B. (2013). A construção de espaços de narrativização em contextos de acolhimento institucional. Em Lílian Rodrigues da Cruz, Luciana Rodrigues e Neuza M. F. Guareschi (Orgs.). *Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 235-248. Texto recuperado em 13 de junho de 2016, em:  
[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_editora\\_livro/1363870399.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/1363870399.pdf)
- Dolto, F. & Hamad, N. (1998). *Destinos de crianças: adoção, famílias, trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- Féres-Carneiro, T. & Goldsmid, R. (2011). Relação fraterna: constituição do sujeito e formação do laço social. *Psicologia USP*, São Paulo, 22(4), p. 771-787. Versão online acessada em 16 de julho de 2017, em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642011005000031>>
- Kancyper, L. (2014). *Amistad: una hermandad elegida*. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Lumen, 1ª ed.

- Kehl, M. R. (2000). Introdução. Existe a função fraterna? Em Kehl, M. R. (Org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 31-47.
- Maldonado, G. & Cardoso, M. R. (2009). O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psic. Clínica*, RJ, 21(1), 45 – 57. Texto recuperado em 04 de setembro de 2016, em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652009000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100004)
- Mano, G. C. M. (2013). Notas introdutórias sobre os processos psíquicos na infância e adolescência. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 18, n. 3, set./dez. 2013, 446-460.
- Marcello, F. A. (2009). Criança e cinema no exercício estético da amizade. Em *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 215-230, set./dez. 2009.
- Melman, C. (1995). Haveria uma questão particular do pai na adolescência? *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, ano V, nº 11, nov. 1995, pp. 07-24.
- Moreno, M. M. A. & Coelho Junior, N. E. (2012). Trauma: o avesso da memória. Em *Revista Ágora*. Rio de Janeiro, v. XV, n. 1 jan/jun, p. 47-61.
- Pereira, M. R. (2016). A clínica da urgência subjetiva para uma “juventude desorientada”. Em Oliveira, J.; Kyrillos Neto, F.; Rosário, A. (Orgs.). *Violência e psicanálise*. Belo Horizonte: PUC Minas Ed. (prelo).
- Rassial, J. (1999). *O Adolescente e o Psicanalista*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud Editora.
- Rosa, M. D. (2002). Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas. *Revista Textura*, n. 2, p.1-13. São Paulo. Texto recuperado em 06 de setembro de 2016, em:  
<http://casadaarvore.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Uma-escuta-psicanal%C3%ADtica-das-vidassecas-Miriam-Debieux.pdf>